

COMÉRCIO ELECTRÓNICO E REGULAÇÃO DA INTERNET

1. LEGISLAÇÃO EUROPEIA

Diploma	Link	Assunto
REGULAMENTO (UE) 2017/1953 de 25 de outubro de 2017	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017R1953&from=PT	que altera os Regulamentos (UE) n.o 1316/2013 e (UE) n.o 283/2014 no que se refere à promoção de conectividade à Internet em comunidades locais
REGULAMENTO (UE) 2024/1309 de 29 de abril de 2024	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32024R1309	relativo a medidas destinadas a reduzir o custo da implantação de redes de comunicações eletrónicas gigabit, que altera o Regulamento (UE) 2015/2120 e revoga a Diretiva 2014/61/UE (Regulamento relativo às Infraestruturas Gigabit)
REGULAMENTO (UE) 2023/1781 de 13 de setembro de 2023	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32023R1781	que estabelece um quadro de medidas para reforçar o ecossistema europeu dos semicondutores (Regulamento Circuitos Integrados)
REGULAMENTO (UE) 2023/988 de 10 de maio de 2023	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32023R0988	relativo à segurança geral dos produtos , que altera o Regulamento (UE) n.o 1025/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva (UE) 2020/1828 do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Diretiva 2001/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 87/357/CEE do Conselho
REGULAMENTO (UE) 2015/2120 de 25 de novembro de 2015	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32015R2120&from=PT	estabelece medidas respeitantes ao acesso à Internet aberta e altera a Diretiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas e o Regulamento (UE) n.o 531/2012 relativo à itinerância nas redes de comunicações móveis públicas da União
REGULAMENTO (UE) 2019/881, de 17 de Abril de 2019	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019R0881&from=PT	relativo à ENISA (Agência da União Europeia para a Cibersegurança) e à certificação da cibersegurança das tecnologias da informação e comunicação e que revoga o Regulamento (UE) n.o 526/2013 (Regulamento Cibersegurança)
REGULAMENTO (UE) 2022/2554 de 14 de dezembro de 2022	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022R2554&from=PT	relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro e que altera os Regulamentos (CE) n.o 1060/2009, (UE) n.o 648/2012, (UE) n.o 600/2014, (UE) n.o 909/2014 e (UE) 2016/1011 (DORA)
DIRETIVA (UE) 2022/2556 de 14 de dezembro de 2022	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32022L2556&from=EN	que altera as Diretivas 2009/65/CE, 2009/138/CE, 2011/61/UE, 2013/36/UE, 2014/59/UE, 2014/65/UE, (UE) 2015/2366 e (UE) 2016/2341 no que diz respeito à resiliência operacional digital para o setor financeiro
DIRETIVA (UE) 2022/2555 de 14 de dezembro de 2022	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022L2555&from=EN	relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União que altera o Regulamento (UE) n.o 910/2014 e a Diretiva (UE) 2018/1972 e revoga a Diretiva (UE) 2016/1148 (Diretiva SRI 2) (NIS 2)
REGULAMENTO (UE) 2022/858 de 30 de maio de 2022	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:32022R0858	relativo a um regime-piloto para as infraestruturas de mercado baseadas na tecnologia de registo distribuído e que altera os Regulamentos (UE) n.o 600/2014 e (UE) n.o 909/2014 e a Diretiva 2014/65/UE
REGULAMENTO (UE) 2019/517 de 19 de março de 2019	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019R0517&from=PT	relativo à implementação e ao funcionamento do nome de domínio de topo .eu , que altera e revoga o Regulamento (CE) n.o 733/2002 e revoga o Regulamento (CE) n.o 874/2004 da Comissão
REGULAMENTO (UE) N.o 910/2014 de 23 de julho de 2014	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0910&from=PT	relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno e que revoga a Diretiva 1999/93/CE (eIDAS)
REGULAMENTO (UE) 2024/1183 de 11 de abril de 2024	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202401183	altera o Regulamento (UE) n. o 910/2014 no respeitante à criação do Regime Europeu para a Identidade Digital (eIDAS2)

REGULAMENTO (UE) 2022/1925 de 14 de setembro de 2022	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022R1925&qid=1667218019155&from=pt	relativo à disputabilidade e equidade dos mercados no setor digital e que altera as Diretivas (UE) 2019/1937 e (UE) 2020/1828 (Regulamento dos Mercados Digitais)
REGULAMENTO (UE) 2019/1150, de 20 de Junho de 2019	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019R1150&from=PT	relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha (P2B)
REGULAMENTO (UE) 2016/679 de 27 de abril de 2016	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679&from=PT	proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral de Proteção de Dados)
REGULAMENTO (UE) 2022/868 de 30 de maio de 2022	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022R0868&from=PT	relativo à governação europeia de dados e que altera o Regulamento (UE) 2018/1724 (Regulamento Governação de Dados)
REGULAMENTO (UE) 2018/1807, de 14 de Novembro de 2018	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018R1807&from=PT	relativo a um regime para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia
REGULAMENTO (UE) 2023/2854 de 13 de dezembro de 2023	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=OJ:L_202302854&qid=1705169514634	relativo a regras harmonizadas sobre o acesso equitativo aos dados e a sua utilização e que altera o Regulamento (UE) 2017/2394 e a Diretiva (UE) 2020/1828 (Regulamento dos Dados)
REGULAMENTO (UE) 2018/1724, de 2 de outubro de 2018	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32018R1724	relativo à criação de uma plataforma digital única para a prestação de acesso a informações, a procedimentos e a serviços de assistência e de resolução de problemas , e que altera o Regulamento (UE) n.o 1024/2012
REGULAMENTO (UE) 2022/2065 de 19 de outubro de 2022	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022R2065&from=PT	relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais)
Regulamento Delegado (UE) 2023/1127 da Comissão de 2 de março de 2023	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32023R1127	completa o Regulamento (UE) 2022/2065 do Parlamento Europeu e do Conselho com as metodologias e os procedimentos pormenorizados relativos às taxas de supervisão cobradas pela Comissão aos fornecedores de plataformas em linha de muito grande dimensão e de motores de pesquisa em linha de muito grande dimensão
REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2023/1201 DA COMISSÃO de 21 de junho de 2023	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32023R1201	relativo a disposições pormenorizadas para a tramitação de determinados procedimentos pela Comissão nos termos do Regulamento (UE) 2022/2065 do Parlamento Europeu e do Conselho («Regulamento dos Serviços Digitais»)
REGULAMENTO (UE) 2021/784 de 29 de abril de 2021	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32021R0784	relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha
REGULAMENTO (UE) 2024/900 de 13 de março de 2024	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202400900	sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política
REGULAMENTO (UE) 2024/1083 de 11 de abril de 2024	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202401083	cria um regime comum para os serviços de comunicação social no mercado interno e que altera a Diretiva 2010/13/UE (Regulamento Europeu relativo à Liberdade dos Meios de Comunicação Social)
REGULAMENTO (UE) N.o 524/2013 de 21 de maio de 2013	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R0524&from=PT	sobre a resolução de litígios de consumo em linha , que altera o Regulamento (CE) n.o 2006/2004 e a Diretiva 2009/22/CE (ODR)
REGULAMENTO (UE) 2020/1503 de 7 de outubro de 2020	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32020R1503&from=EN	relativo aos prestadores europeus de serviços de financiamento colaborativo às entidades, e que altera o Regulamento (UE) 2017/1129 e a Diretiva (UE) 2019/1937
REGULAMENTO (UE) 2023/1113 de 31 de maio de 2023	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32023R1113	relativo às informações que acompanham as transferências de fundos e de determinados criptoativos e que altera a Diretiva (UE) 2015/849
REGULAMENTO (UE) 2023/1114 de 31 de maio de 2023	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32023R1114	relativo aos mercados de criptoativos e que altera os Regulamentos (UE) n.o 1093/2010 e (UE) n.o 1095/2010 e as Diretivas 2013/36/UE e (UE) 2019/1937

REGULAMENTO (UE) 2024/886 de 13 de março de 2024	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202400886	altera os Regulamentos (UE) n. o 260/2012 e (UE) 2021/1230 e as Diretivas 98/26/CE e (UE) 2015/2366 no que diz respeito às transferências a crédito imediatas em euros
REGULAMENTO (UE) 2018/644, de 18 de Abril de 2018	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018R0644&from=PT	relativo aos serviços transfronteiriços de entrega de encomendas
REGULAMENTO (UE) 2018/1724, de 2 de Outubro de 2018	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32018R1724	relativo à criação de uma plataforma digital única para a prestação de acesso a informações, a procedimentos e a serviços de assistência e de resolução de problemas , e que altera o Regulamento (UE) n.o 1024/2012
REGULAMENTO (UE) 2019/1020 de 20 de junho de 2019	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32019R1020	relativo à fiscalização do mercado e à conformidade dos produtos e que altera a Diretiva 2004/42/CE e os Regulamentos (CE) n.o 765/2008 e (UE) n.o 305/2011
REGULAMENTO (UE) 2017/1128 de 14 de junho de 2017	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017R1128&from=PT	relativo à portabilidade transfronteiriça dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno
REGULAMENTO (UE) 2018/302 de 28 de fevereiro de 2018	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018R0302&from=PT	visa prevenir o bloqueio geográfico injustificado e outras formas de discriminação baseadas na nacionalidade, no local de residência ou no local de estabelecimento dos clientes no mercado interno e altera os Regulamentos (CE) n.o 2006/2004 e (UE) 2017/2394 e a Diretiva 2009/22/CE
REGULAMENTO (UE) 2024/1028 de 11 de abril de 2024	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202401028	sobre a recolha e a partilha de dados relativos aos serviços de arrendamento para alojamento de curta duração e que altera o Regulamento (UE) 2018/1724
REGULAMENTO (UE) 2023/1543, de 12 de julho de 2023	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32023R1543	relativo às ordens europeias de produção e às ordens europeias de conservação para efeitos de prova eletrónica em processos penais e para efeitos de execução de penas privativas de liberdade na sequência de processos penais
REGULAMENTO (UE) 316/2014, de 21 de março de 2014	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32014R0316	relativo à aplicação do artigo 101.o, n.o 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a certas categorias de acordos de transferência de tecnologia
REGULAMENTO (UE) N.o 1215/2012 de 12 de dezembro de 2012	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/ALL/?uri=celex%3A32012R1215	relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (“Bruxelas I”)
REGULAMENTO (CE) N.o 593/2008 de 17 de Junho de 2008	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/ALL/?uri=CELEX%3A32008R0593	relativo à lei aplicável às obrigações contratuais («Roma I»)
REGULAMENTO (CE) n.o 864/2007 de 11 de Julho de 2007	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?uri=CELEX%3A32007R0864	relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais («Roma II»)
PROPOSTAS		
Bruxelas, 28.09.2022 COM/2022/496 final Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52022PC0496&from=PT	relativa à adaptação das regras de responsabilidade civil extracontratual à inteligência artificial (Diretiva Responsabilidade da IA)
COM(2022) 495 final Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52022PC0495	relativa à responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos (revisão da Diretiva 85/374/CEE)
Strasbourg, 18.4.2023 COM(2023) 209 final Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:3c128d6e-debc-11ed-a05c-01aa75ed71a1.0001.02/DOC_1&format=PDF	Cybersolidarity Act (aprovada)
Estrasburgo, 18.4.2023 COM (2023) 208 final. Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52023PC0208	que altera o Regulamento (UE) 2019/881 no respeitante aos serviços de segurança geridos

Bruxelas, 15.9.2022 COM(2022) 454 final Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52022PC0454	relativo aos requisitos horizontais de cibersegurança dos produtos com elementos digitais e que altera o Regulamento (UE) 2019/1020 (Cyber Resilience Act)
Bruxelas, 9.12.2021 COM(2021) 762 final Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52021PC0762&from=EN	relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais (aprovada)
Bruxelas, 21.4.2021 COM(2021) 206 final Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52021PC0206	Estabelece Regras Harmonizadas em Matéria de Inteligência Artificial (Regulamento Inteligência Artificial) e Altera Determinados Atos Legislativos da União (aprovada)
Estrasburgo, 3.5.2022 COM(2022) 197 final Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52022PC0197	relativo ao Espaço Europeu de Dados de Saúde
Bruxelas, 10.1.2017 COM(2017) 10 final Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017PC0010&from=PT	relativo ao respeito pela vida privada e à proteção dos dados pessoais nas comunicações eletrónicas e que revoga a Diretiva 2002/58/CE (Regulamento relativo à privacidade e às comunicações eletrónicas - e-privacy)
Bruxelas, 04.07.2023 COM(2023) 348 final Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://www.europarl.europa.eu/RegData/docs_autres_institution/commission_europeenne/com/2023/0348/COM_COM(2023)0348_P T.pdf	que estabelece normas processuais adicionais relativas à aplicação do Regulamento (UE) 2016/679
Bruxelas, 28.6.2023 COM (2023) 369 final. Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52023PC0369	relativo à criação do euro digital
Bruxelas, 28.6.2023 COM(2023) 360 final Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52023PC0360	relativo a um quadro de acesso aos dados financeiros e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1093/2010, (UE) n.º 1094/2010, (UE) n.º 1095/2010 e (UE) 2022/2554

2. LEGISLAÇÃO NACIONAL

Lei n.º 27/2021, de 17 de Maio CARTA PORTUGUESA DE DIREITOS HUMANOS NA ERA DIGITAL	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=3446&nversao=&tabela=leis	Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital
DL n.º 63/85, de 14 de Março CÓDIGO DO DIREITO DE AUTOR E DOS DIREITOS CONEXOS	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=484&tabela=leis	Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos
Lei 82/2021, de 30 de Novembro	https://files.dre.pt/1s/2021/11/23200/0012400129.pdf	Fiscalização, controlo, remoção e impedimento do acesso em ambiente digital a conteúdos protegidos por direito de autor e direitos conexos
DL n.º 252/94, de 20 de Outubro REGIME JURÍDICO DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=152&tabela=leis&so_miolo=	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 91/250/CEE,* do Conselho, de 14 de Maio, relativa ao regime de protecção jurídica dos programas de computador *substituída pela Directiva 2009/24 (codificação)
DL n.º 122/2000, de 4 de Julho PROTECÇÃO JURÍDICA DAS BASES DE DADOS	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=155&tabela=leis&so_miolo=	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/9/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, relativa à protecção jurídica das bases de dados

DL n.º 110/2018, de 10 de Dezembro CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2979&tabela=leis&ficha=1&pagina=1	Approva o novo Código da Propriedade Industrial , transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943
Lei n.º 46/2018, de 13 de Agosto REGIME JURÍDICO DA SEGURANÇA DO CIBERESPAÇO	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=2930&nversao=&tabela=leis	Estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço , transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União
Decreto-Lei 65/2021, de 30 de julho	https://files.dre.pt/1s/2021/07/14700/0000800021.pdf	Regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do Regulamento (UE) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019.
DL n.º 7/2004, de 7 de Janeiro COMÉRCIO ELECTRÓNICO NO MERCADO INTERNO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=1399&nversao=&tabela=leis	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 7/2003, de 9 de Maio, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno
DL n.º 95/2006, de 29 de Maio CONTRATOS À DISTÂNCIA RELATIVOS A SERVIÇOS FINANCEIROS	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=810A0043&nid=810&nversao=&tabela=leis	Estabelece o regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Setembro, relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores
DL n.º 24/2014, de 14 de Fevereiro CONTRATOS CELEBRADOS À DISTÂNCIA E FORA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=2062&nversao=&tabela=leis	Transpõe a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativa aos direitos dos consumidores nos contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento comercial
Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de Outubro DIREITOS DO CONSUMIDOR NA COMPRA E VENDA DE BENS, CONTEÚDOS E SERVIÇOS DIGITAIS	https://dre.pt/dre/detalhe/deceto-lei/84-2021-172938301	Regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais , transpondo as Diretivas (UE) 2019/771 e (UE) 2019/770
Lei n.º 7/2022, de 10 de janeiro	https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-2022-177350572	Proibição das práticas de bloqueio geográfico e de discriminação nas vendas eletrónicas para os consumidores das regiões autónomas
Decreto-Lei n.º 12/2021, de 9 de Fevereiro IDENTIFICAÇÃO ELETRÓNICA E SERVIÇOS DE CONFIANÇA PARA AS TRANSAÇÕES ELETRÓNICAS	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=3404A0003&nid=3404&nversao=&tabela=leis	Assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (UE) 910/2014, relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno
Decreto-Lei n.º 20-B/2024 de 16 de fevereiro	https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/03401/0000200003.pdf	Designa as autoridades competentes e o coordenador dos serviços digitais em Portugal.
Decreto-Lei n.º 68/2023, de 16 de agosto	https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/08/15800/0000400008.pdf	Executa na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2019/1150, relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha
DL n.º 91/2018, de 12 de Novembro REGIME JURÍDICO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO E DA MOEDA ELECTRÓNICA	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=2954A0068&nid=2954&nversao=&tabela=leis	Approva o novo Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica , transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366
Lei 58/2019, de 8 de Agosto ADAPTAÇÃO NACIONAL AO RGPD	https://dre.pt/pesquisa/-/search/123815982/details/maximized	Assegura a execução , na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas

		singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados
Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PRIVACIDADE NAS TELECOMUNICAÇÕES	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=707&nversao=&tabela=leis	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas
Lei n.º 32/2008, de 17 de Julho CONSERVAÇÃO DE DADOS GERADOS OU TRATADOS NO CONTEXTO OFERTA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=1264&nversao=&tabela=leis	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações electrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações
Lei n.º 68/2021, de 26 de Agosto PRINCÍPIOS GERAIS EM MATÉRIA DE DADOS ABERTOS	https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3437&tabela=leis&so_miolo=S	Aprova os princípios gerais em matéria de dados abertos e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/1024 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativa aos dados abertos e à reutilização de informação do setor público, alterando a Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto
Lei n.º 83/2017, de 18 de Agosto MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=2750A0034&nid=2750&nversao=&tabela=leis	Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo , transpõe parcialmente as Diretivas 2015/849/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e 2016/2258/UE, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, altera o Código Penal e o Código da Propriedade Industrial e revoga a Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho
Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro LEI DO CIBERCRIME	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=1137&nversao=&tabela=leis	Aprova a Lei do Cibercrime , transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de Fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa
Lei n.º 18/2024, de 5 de fevereiro LEI DOS METADADOS	https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/18-2024-840278734	Regula o acesso a metadados referentes a comunicações eletrónicas para fins de investigação criminal , procedendo à alteração da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho.
DL n.º 66/2015, de 29 de Abril REGIME JURÍDICO DOS JOGOS E APOSTAS ONLINE	https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=2340&nversao=&tabela=leis	Aprova o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online
Lei n.º 45/2018, de 10 de Agosto TVDE	https://dre.pt/pesquisa/-/search/115991688/details/maximized	Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica
Lei 102/2015, de 24 de Agosto CROWDFUNDING	https://dre.pt/home/-/dre/70086389/details/maximized	Regime jurídico do financiamento colaborativo
DL n.º 330/90, de 23 de Outubro CÓDIGO DA PUBLICIDADE	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=390&tabela=leis	Código da Publicidade
DL n.º 57/2008, de 26 de Março PRÁTICAS COMERCIAIS DESLEAIS	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1067&tabela=leis	Práticas Comerciais Desleais
Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho LEI DA TELEVISÃO E DOS SERVIÇOS AUDIOVISUAIS A PEDIDO	http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=923&tabela=leis&so_miolo=	Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido
DL n.º 28/2019, de 15 de Fevereiro PROCESSAMENTO DE FATURAS E OUTROS DOCUMENTOS	https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=&nid=3015&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo	Faturas electrónicas

FISCALMENTE RELEVANTES EM SEDE DE IVA		
DL n.º 67/2021, de 30 de julho ZONAS LIVRES TECNOLÓGICAS	https://files.dre.pt/1s/2021/07/14700/0002900037.pdf	Estabelece o regime e define o modelo de governação para a promoção da inovação de base tecnológica através da criação de zonas livres tecnológicas
DL n.º 66/2021, 30 de julho TARIFA SOCIAL DE INTERNET	https://dre.pt/dre/detalhe/deceto-lei/66-2021-168697989	Cria a tarifa social de fornecimento de serviços de acesso à Internet em banda larga
Lei n.º 36/2011, de 21 de junho NORMAS ABERTAS NO ESTADO	https://files.dre.pt/1s/2011/06/11800/0359903600.pdf	Estabelece a adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado
Decreto-Lei n.º 30/2020, de 29 de junho	https://files.dre.pt/1s/2020/06/12400/0000900017.pdf	Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2015/1535, relativa aos procedimentos de informação no domínio das regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação .
DL n.º 93/2017, de 1 de agosto SERVIÇO PÚBLICO DE NOTIFICAÇÕES ELETRÓNICAS	https://files.dre.pt/1s/2017/08/14700/0442004425.pdf	Cria o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital .
Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS	https://dre.pt/dre/detalhe/lei/16-2022-187481298	Approva a Lei das Comunicações Eletrónicas , transpondo as Diretivas 98/84/CE, 2002/77/CE e (UE) 2018/1972, alterando as Leis n.os 41/2004, de 18 de agosto, e 99/2009, de 4 de setembro, e os Decretos-Leis n.os 151-A/2000, de 20 de julho, e 24/2014, de 14 de fevereiro, e revogando a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e a Portaria n.º 791/98, de 22 de setembro
Decreto-Lei n.º 82/2022, de 6 de dezembro	https://dre.pt/dre/detalhe/deceto-lei/82-2022-204379872	transpõe a Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade de produtos e serviços .

3. Jurisprudência europeia selecionada

C-393/09, <i>BSA</i> (EU:C:2010:816)	<i>Software</i>
C-406/10, <i>SAS</i> (EU:C:2012:259)	<i>Software</i>
C-203/02, <i>BHB v. William Hill</i> (EU:C:2004:695)	<i>Bases de dados</i>
C-202/12, <i>Innoweb</i> (EU:C:2013:850)	<i>Bases de dados e metamotores de busca</i>
C-762/19, <i>CV-Online Latvia</i> (EU:C:2021:434)	<i>Bases de dados e metamotores de busca</i>
C-807/18 e C-39/19, <i>Telenor</i> (EU:C:2020:708)	<i>Neutralidade da rede</i>
C-128/11, <i>Usedsoft</i> (EU:C:2012:407)	<i>Esgotamento e software</i>
C-263/18, <i>Tom Kabinet</i> (EU:C:2019:1111)	<i>Esgotamento e e-books</i>
C-435/12, <i>ACI ADAM</i> (EU:C:2014:254)	<i>Cópia privada e p2p</i>
C-466/12, <i>Svensson</i> (EU:C:2014:76)	<i>Hiperligações</i>
C-348/13, <i>BestWater</i> (EU:C:2014:2315)	<i>Hiperligações (embedding/framing)</i>
C-160/15, <i>Gs Media</i> (EU:C:2016:644)	<i>Hiperligações</i>
C-527/15, <i>Filmspeler</i> (EU:C:2017:300),	<i>Hiperligações e responsabilidade de intermediários</i>
C-610/15, <i>Pirate Bay</i> (EU:C:2017:456)	<i>Hiperligações e responsabilidade de intermediários</i>
C-682/18, <i>YouTube and Cyando</i> (EU:C:2021:503)	<i>Responsabilidade de intermediários</i>
C-314/12, <i>UPC Telekabel Wien</i> (EU:C:2014:192)	<i>Responsabilidade de intermediários (direito de autor)</i>
C-324/09, <i>L'Oreal v. Ebay</i> (EU:C:2011:474)	<i>Responsabilidade de intermediários (marcas e comércio electrónico)</i>
C-148/21 e C-184/21, <i>Loubotin c. Amazon</i> (EU:C:2022:1016)	<i>Responsabilidade de intermediários (marcas e comércio electrónico)</i>
C-18/18, <i>Glawischnig-Piesczek</i> (EU:C:2019:821)	<i>Responsabilidade de intermediários (difamação)</i>
C-236/08 a C-238/08, <i>Google France</i> (EU:C:2010:159)	<i>Keyword advertising</i>
C-323/09, <i>Interflora</i> (EU:C:2011:604)	<i>Keyword advertising</i>
C-275/15, <i>ITV</i> (EU:C:2017:144)	<i>Streaming</i>
C-585/08 e C-144/09, <i>Pammer e Hotel Alpenhof</i> (EU:C:2010:740)	<i>Tribunal competente e contratos celebrados pela internet</i>
C-509/09, <i>eDate</i> (EU:C:2011:685)	<i>Direito aplicável e violação de direitos de personalidade</i>
C-441/13, <i>Hejduck</i> (EU:C:2015:28)	<i>Direito aplicável e violação de direito de autor</i>
C-322/14, <i>Carsontheweb</i> (EU:C:2015:334)	<i>Clickthrough e direito aplicável</i>
C-49/11, <i>Content services</i> (EU:C:2012:419)	<i>Link e contratação à distância</i>
C-61/19, <i>Orange Romania</i> (EU:C:2020:901)	<i>Clickthrough e protecção de dados</i>
C-673/17, <i>Planet 49</i> (EU:C:2019:801)	<i>Cookies e consentimento</i>
C-40/17, <i>Fashion ID</i> (EU:C:2019:629)	<i>Web plugins e qualificação (co-responsabilidade pelo tratamento)</i>

C-311/18, <i>Schrems 2</i> (EU:C:2020:559)	Transferências internacionais de dados
C-252/21, <i>Meta v. Bundeskartellamt</i> (EU:C:2023:537)	Dados pessoais e redes sociais
...	...

4. Outros elementos

UNIFORM DOMAIN-NAME DISPUTE RESOLUTION POLICY	https://www.icann.org/resources/pages/help/dndr/udrp-en	Política uniforme sobre resolução de disputas sobre nomes de domínio
Regras de Registo .PT	https://www.dns.pt/fotos/editor/2/regras_de_registo_de_pt-draft_final.pdf	
UNCITRAL Model Law on Electronic Commerce (1995)	https://uncitral.un.org/sites/uncitral.un.org/files/media-documents/uncitral/en/19-04970_ebook.pdf	Lei Modelo sobre comércio electrónico
UNCITRAL Model Law on Electronic Signatures (2001)	https://uncitral.un.org/en/texts/ecommerce/modellaw/electronic_signatures	Lei Modelo sobre assinaturas electrónicas
United Nations Convention on the Use of Electronic Communications in International Contracts (New York, 2005)	https://uncitral.un.org/sites/uncitral.un.org/files/media-documents/uncitral/en/06-57452_ebook.pdf	Convenção (PT ou EU não assinaram) sobre o uso de comunicações electrónicas em contratos internacionais
Bruxelas, 26.1.2022 COM(2022) 27 final COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO	https://ec.europa.eu/newsroom/dae/redirection/document/83035	que estabelece uma Declaração Europeia sobre os Direitos e Princípios Digitais para a Década Digital
Código de Conduta Europeu contra a Desinformação	https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/2022-strengthened-code-practice-disinformation	Versão atualizada em 2022
Bruxelas, 19.2.2020 COM(2020) 66 final COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO	https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52020DC0066&from=EN	Uma estratégia europeia para os dados
Convenção sobre o Cibercrime (2001)	https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-sobre-o-cibercrime-0	Convenção de Budapeste sobre Cibercrime, de 23 de Novembro de 2001
...